

MUP refuta os ataques de Leônidas

O Movimento de Unidade Progressista, com vias de romper com o PMDB, entregou ao deputado Ulysses Guimarães, em sua residência da Península dos Ministros, na última 6ª feira, uma nota onde repele "o descabido ataque do general Leônidas Pires à Assembleia Nacional Constituinte", e exige do seu presidente o cumprimento do regimento interno, que lhe determina "zelar pelo prestígio e decoro da ANC, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas".

O MUP reconhece que "pressionar a Constituinte é um direito de qualquer cidadão, inclusive do cidadão Leônidas Pires Gonçalves". Observa, contudo, que "ameaçar a Assembleia Nacional Constituinte é um desrespeito ao povo que a elegeu".

O Movimento de Unidade Progressista argumenta que a Constituinte é "uma resposta histórica aos vinte anos da ditadura de uma minoria, esta sim radical na defesa dos seus privilégios e interesses antipátria". E lembram que foram os militares que sustentaram essa ditadura, que elevou a dívida externa de 3,2 para 100 bilhões de dólares, eliminou estabilidade dos trabalhadores e realizou a desumana política salarial, que colocou o salário dos brasileiros entre os mais baixos do mundo".

Fórmula de Cabral não passa

Fogaça vê parlamentarismo proposto inadequado

"O parlamentarismo proposto pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, corre o sério risco de ser rejeitado pela sua inadequação à realidade social, à tradição institucional e à cultura política do povo brasileiro". A previsão foi feita pelo senador José Fogaça, que na relatoria da Subcomissão do Poder Executivo havia proposto uma outra forma de parlamentarismo, que foi aprovado posteriormente pela Comissão da Organização dos Poderes

e Sistema de Governo. Segundo análise do senador gaúcho, a proposta de Cabral prevê um sistema clássico de parlamentarismo, em que o Presidente da República é totalmente desprovido de poder, sendo meramente uma figura simbólica, sem nenhum papel político ou o mínimo poder de influência. Fogaça acha que esta solução é perfeitamente cabível para países como a Itália ou a Alemanha, onde o presidente da República é uma figura quase anônima, não

sendo eleito pelo voto direto. Adverte que, nesse caso, é possível criar um mecanismo em que a Câmara se impõe sempre e o presidente fica a ela submetido, o que resulta numa situação confusa, quando o presidente é eleito pelo povo, como propôs Cabral. O senador Fogaça ressalta que com a legitimidade do voto, que elegerá o presidente, não é possível transformá-lo numa figura nula e submissa como prevê Cabral. No seu entender, é preciso retornar ao

modelo aprovado na subcomissão e na Comissão da Organização dos Poderes, pois lá havia-se chegado ao meio termo de um sistema, em que o presidente do Brasil, que será eleito por 40 milhões de votos e maioria absoluta, deve ter um destacado papel político a cumprir. Fogaça pretende, agora, apresentar emendas para recuperar a proposta anterior, pois acredita que entre o confronto de parlamentaristas e presidencialistas puros voltará o modelo anterior.

Indefinição é casuismo, diz Vivaldo

Manaus — O governador em exercício, Vivaldo Frota (PFL) considerou um "casuismo político que dificulta as negociações do Brasil com os países credores", a indefinição dos partidos coligados quanto à duração do mandato do Presidente José Sarney. Ele criticou o PMDB e o próprio PFL de ainda não terem estabelecido o tempo do mandato do Presidente da República.

General Paiva quer o presidencialismo

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva, defendeu ontem o sistema presidencialista de governo e a manutenção da destinação constitucional das Forças Armadas, ao deixar, a residência do senador Afonso Arinos, onde almoçou com os ministros das três forças e parlamentares.

Em sua opinião existem na Constituinte parlamentares de todas as tendências. Ao ser perguntado se os militares assumiram a fórmula encontrada para a questão da anistia, Paiva foi categórico. "O que for decidido na Constituinte terá de ser assumido pelas Forças Armadas, concordar ou não é coisa diferente". Embora não tenha tomado conhecimento de todo o texto do substitutivo o general disse que gostou "da maioria" das coisas que "leu".

Os integrantes do MUP reconhecem que "os militares revelaram também, em alguns casos, patriotismo e sensibilidade para os interesses nacionais". E citam, como exemplos, a defesa da reserva de mercado para a informática e a preocupação com questões de geo-política, com a pesquisa tecnológica e com a exploração do mar como fonte de riquezas e alimentos.

DIALOGO

O Movimento de Unidade Progressista, que se assume como parte da esquerda brasileira, disciplinada e ativa na defesa dos direitos nacionais, diz que "a nós interessa o diálogo, a convivência construtiva e a integração com todos os cidadãos civis e militares, preocupados com o Brasil e com a elaboração da nova Constituição brasileira".

E encerra, assim, a nota pública: "Devolveremos insultos e ameaças a todo aquele que pretenda reduzir ou desprezitar a soberania da Assembleia Nacional Constituinte eleita pelo povo para escrever a Carta Magna a que todos — sem exceção nenhuma — devemos obediência e respeito".

Lobbies da esquerda têm estratégia

Nos dias de maior movimentação, cerca de cinco mil pessoas circulam pelos corredores da Constituinte. Para quem espera que os salões do Congresso voltem a se esvaziar após a promulgação da nova Carta Magna (especialmente segurancas e funcionários que tiveram seu trabalho multiplicado este ano), uma má notícia: a recém-criada "Associação dos Lobbies Progressistas" decidiu ontem manter a presença sobre os parlamentares durante todo o período de elaboração da legislação complementar, que provavelmente se encerrará ao final desta legislatura.

Integrada por entidades como o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Interparlamentar), Federação (Federação dos Anistia-dos) e Fenaj (Federação dos Jornalistas), entre outras, a nova associação já definiu uma estratégia para defender seus interesses junto aos constituintes. A palavra-chave desta estratégia é mobilização. Traçando o povo para dentro da Assembleia e dirigindo movimentos de pressão sobre os parlamentares, os "lobbies" progressistas esperam reverter algumas posições conservadoras já delineadas na Constituinte.

O primeiro passo será a publicação, no próximo mês, de um caderno contendo as posições de todos os constituintes a respeito dos temas mais polêmicos da nova Carta, a ser distribuído a todos os sindicatos e associações do País. Reforma agrária, anistia, estabilidade no emprego, jornada de trabalho, conceito de empresa nacional e comunicações, entre outros, serão os assuntos abordados pela publicação.

Expondo os parlamentares, sobretudo os conservadores, diante do eleitorado, os lobistas pretendem estimular a cobrança desses constituintes por parte dos eleitores. Acreditam que, assim, conseguirão reverter posições a favor dos avanços progressistas na Constituinte.

red SA cobrará uma taxa de Cr\$ 70,00 a cada abertura de crédito